

Pela revisão da proposta

20
CEDOC/DAVI ZOCOLI

Larissa Leite

No Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) foi atração na Câmara Legislativa. Distritais discursaram sobre a importância de se colocar questões ambientais como prioridade, citando como exemplo o plano cuja revisão está em tramitação da Casa.

O primeiro a levantar a problemática foi o deputado Reguffe (PDT), que aproveitou para relembrar sua posição quanto ao atual plano. Na opinião dele, a proposta encaminhada pelo Executivo muda áreas, transformando rurais em urbanas e urbanas em rurais, sem nenhum critério e sem levar em conta a qualidade de vida e a preservação ambiental. "O PDOT é necessário, mas não precisava ser da forma como vem sendo feito", disse.

A mudança de áreas urbanas para rurais também causa prejuízo aos cofres públicos, como denunciou o **Jornal de Brasília**. Em apenas uma área, a perda seria de R\$ 500 milhões. A alteração também poderia provocar, no futuro, o surgimento de ocupações irregulares, já que quem as adquiriu por preços de terras rurais poderia parcelá-las e vendê-las como urbanas, a um valor 170 vezes superior.

Reguffe defende o retorno do PDOT ao Executivo, para que diversos problemas, principalmente ambientais, sejam sanados. Segundo o deputado, um

dos pontos mais problemáticos do PDOT é a criação do Setor Habitacional Catetinho, situado em Área de Proteção de Manancial. "Colocar uma área urbana sobre uma área de nascentes irá provocar danos ambientais. E a curto prazo, isso pode prejudicar o fornecimento de água ao Park Way, Gama e Santa Maria", disse.

Segundo Reguffe, o setor ainda causaria um enorme engarrafamento, um dos grandes problemas da capital, no acesso ao Plano Piloto. Isso porque quem viria de lá pegaria o mesmo tráfego enfrentado por moradores do Gama, Santa Maria, Santo Antônio do Descoberto e Park Way.

A implantação do Setor Noroeste também foi citada por Reguffe. "Por que o governo não termina a infra-estrutura de Águas Claras para pensar no Noroeste?", questionou. "O PDOT tem que servir à população", concluiu. A deputada Érika Kokay (PT) também questionou o Noroeste, em detrimento de outros setores. "Quando aprovamos o PDL do Guará, estava prevista a criação de um setor de habitações populares, jamais efetivado", disse.

Já Chico Leite (PT) destacou o fato de setores habitacionais serem criados sem compensações ambientais. O deputado ainda lembrou que o atual projeto tem vício de iniciativa, pois o que está sendo discutido em audiências não é o que foi debatido pelo Executivo com a sociedade.



■ PARA REGUFFE, AS MUDANÇAS DE ÁREAS NÃO LEVAM EM CONTA A QUALIDADE DE VIDA E O MEIO AMBIENTE